

A AMAZÔNIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Evaneide de Brito Feitosa Aguiar¹

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, TO, Brasil

Anderson Boás Viana²

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, TO, Brasil

Milena Botelho Azevedo Lena³

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, TO, Brasil

Airton Cardoso Cançado⁴

Universidade Federal do Tocantins, UFT, Palmas, TO, Brasil

Resumo: Este artigo tem como propósito apresentar um relato de experiência e os desdobramentos de uma oficina executada no Instituto Federal do Maranhão, que abordou temas da Amazônia e da Educação Ambiental sob a perspectiva da Educação Inclusiva utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O intuito da oficina foi disseminar conhecimentos sobre a região Amazônica e fomentar a reflexão acerca da relevância da Educação Ambiental, buscando englobar a comunidade surda nas discussões e expandir o diálogo sobre o tema. O artigo visa a compartilhar os resultados obtidos na oficina, incentivando uma reflexão acerca do assunto sob um prisma inclusivo e prático. Com este relato, almeja-se contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Amazônia; Educação Ambiental; Língua Brasileira de Sinais; Educação Inclusiva.

Title: THE AMAZON REGION AND ENVIRONMENTAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE SCOPE OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE USE

Abstract: The purpose of this articles is to present an experience resort and the outcomes of a workshop held at the Federal Institute of Maranhão, which addressed themes of the

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Mestra em Educação profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFTO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1279-2389>. E-mail: evaneide.aguiar16@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0839-6015>. E-mail: anderson.boas@mail.uft.edu.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1228-4170>. E-mail: milazeve@gmail.com.

⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4698-1804>. E-mail: airtoncardoso@uft.edu.br.

Amazon region and Environmental Education from the perspective of inclusive education in the scope of Brazilian Sign Language (Libras) use. The intention of the workshop was to disseminate knowledge about the Amazon region, and foster reflection on the importance of environmental education, seeking to include the deaf community in the discussions and expand the dialogue on the topic. The article attempts to share the results obtained in the workshop, encouraging reflection on the subject under an inclusive and practical perspective. With this report, the goal is to contribute to the development of more inclusive and equitable educational practices.

Keywords: Amazon; Environmental Education; Brazilian Sign Language; Inclusive Education.

Introdução

O presente artigo aborda um tema de grande relevância, a Educação Ambiental e a Amazônia, um ecossistema de importância global. No entanto, este estudo é apresentado de maneira interdisciplinar, integrando-se à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e alinhando-se aos princípios da Educação Inclusiva. A concatenação desses temas não apenas contribui para a preservação da Amazônia, mas também amplia o debate e o alcance social, promovendo uma abordagem educacional mais abrangente e equitativa.

A Amazônia, rica em diversidade animal, vegetal, mineral e cultural, vem enfrentando, ano a ano, difíceis desafios para a sua preservação e sustentabilidade. Desafios como o aumento contínuo do desmatamento e das queimadas, a demasiada exploração econômica, os elevados índices de poluição do ar e da água, a grilagem de terras, o extrativismo ilegal, a seca do rio Amazonas, as mudanças climáticas, a violência física e simbólica contra povos originários, além das atividades de garimpo ilegal e narcotráfico, destacam-se como ameaças persistentes (Marcovitch; Pinsky, 2020; De Sena Couto, 2021; Virga; Costa, 2021; Agência Senado, 2023).

Com aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, o território da Amazônia no Brasil corresponde a mais de 50% do território do país (Agência Senado, 2023) e é considerado, constitucionalmente, patrimônio nacional (Brasil, 1988). Contudo, mesmo com esse status constitucional, tem-se observado um aumento significativo das agressões ao meio ambiente na região nos últimos anos (Agência Senado, 2023), fato já constatado e evidenciado em estudos anteriores (Pieranti; Silva, 2007). Assim, em meio a esse contexto desafiador, torna-se urgente a preocupação com a sustentabilidade da Amazônia, sendo imperativa a implementação de ações mais eficazes para a sua preservação.

A Educação Ambiental com foco na Amazônia se apresenta como um tema necessário e de grande relevância, sendo uma ferramenta crucial para o futuro sustentável desse ecossistema. Diante desse contexto, este estudo propõe estratégias inovadoras e inclusivas para abordar a Educação Ambiental sobre a Amazônia por meio de uma oficina prática em Libras.

Nesse cenário, a oficina intitulada “Libras na Educação Ambiental Amazônica”, realizada no Instituto Federal do Maranhão, campus Imperatriz, estabelece uma conexão interdisciplinar entre a Educação Ambiental e a inclusão social. Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, o Brasil conta com mais de 10 milhões de pessoas com alguma deficiência auditiva, das quais aproximadamente 2,3 milhões possuem deficiência severa (IBGE, 2019). Assim, oficinas com essa abordagem não apenas garantem que estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa, mas também ampliam a qualidade da experiência educacional de estudantes ouvintes. Essa prática pedagógica inovadora derruba as barreiras comunicativas e fomenta um entendimento mais amplo e o respeito pelo meio ambiente, assim como pela diversidade cultural.

A metodologia adotada neste artigo está dividida em dois momentos distintos: o primeiro, de natureza teórica, compreende uma revisão de literatura sobre a Amazônia, a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva, enfatizando a Língua Brasileira de Sinais; já o segundo momento abrange o relato da experiência da oficina.

A estrutura do artigo compreende seis seções. Na primeira, apresenta-se esta introdução, destacando os objetivos, a metodologia e a justificativa da escolha do tema. O referencial teórico, apresentado nas seções 2 e 3, é desenvolvido a partir dos desdobramentos: A Língua Brasileira de Sinais na perspectiva da Educação Inclusiva; Perspectivas e Desafios para Educação Ambiental na Amazônia; e Educação Inclusiva na Amazônia. A seção 4 apresenta a metodologia e o relato detalhado da experiência da oficina de Libras, realizada no Instituto Federal do Maranhão. A quinta seção aborda os resultados e as discussões provenientes da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o tema, explorando a possibilidade da construção de novas oficinas a partir dessa abordagem inclusiva.

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação de Surdos no Brasil: uma história de luta e resistência

A trajetória dos surdos no Brasil é marcada por inúmeros desafios enfrentados ao longo do tempo. No período colonial, pessoas surdas eram muitas vezes excluídas das estruturas sociais, vivendo sem acesso à educação formal.

Historicamente, as pessoas com deficiência, incluindo os surdos, foram muitas vezes marginalizadas e submetidas a uma gama de interpretações sociais que as viam como amaldiçoadas ou semidivinas, relegando-as ao papel de objetos de caridade (Ghirardi, 1999). A sociedade, inclusive no âmbito familiar, comumente manifestava pena em relação aos surdos (Ladd, 2003; Rabelo, 2001).

A virada histórica ocorreu em 1855, quando o professor surdo Ernest Huet foi trazido da França pelo imperador D. Pedro II para educar duas crianças surdas. Esse ato desencadeou uma série de iniciativas que culminaram com a criação, em 1857, do Instituto Nacional de

Surdos-Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos (Goldfeld, 1997).

No entanto, a história da educação de surdos enfrentou um retrocesso significativo em 1880, com o Congresso Internacional de Educadores Surdos, mais conhecido como Congresso de Milão. Esse evento definiu o oralismo como a metodologia educacional predominante, excluindo o uso da língua de sinais das salas de aula para surdos por muitos anos subsequentes. Essa decisão, que teve profundas implicações na educação de surdos em todo o mundo, foi tomada sem a presença ou a participação de educadores surdos, um reflexo do contexto da época, que não valorizava a experiência e a perspectiva daqueles diretamente afetados (Goldfeld, 1997).

O oralismo promovia a integração da criança surda na comunidade ouvinte através do desenvolvimento da língua oral e partia do pressuposto de que a surdez era uma deficiência passível de ser mitigada por meio da estimulação auditiva. O objetivo era a reabilitação da criança surda em direção à “não-surdez” (Goldfeld, 1997, p. 34). No entanto, essa ênfase unidimensional no ensino oral muitas vezes resultou na negligência de outros aspectos cruciais do desenvolvimento infantil, como a identidade cultural (Wrigley, 1996) e a comunicação eficaz. Essa constatação evidenciou a necessidade de reavaliar as abordagens educacionais para surdos, considerando métodos que valorizassem a língua de sinais e a cultura surda como elementos centrais no processo educativo.

O aprendizado da oralidade por parte da pessoa com deficiência auditiva, seja parcial ou total, não é um processo simples e/ou natural, devido à diminuição da capacidade auditiva; logo, exige abordagens educacionais diferenciadas e suporte clínico sistemático para o desenvolvimento de habilidades de comunicação oral (Meador; Zazove, 2005). A abordagem oralista, a qual prioriza a aprendizagem da fala e a leitura labial, reconhece que adaptações são necessárias, visto que a leitura labial permite a compreensão de apenas 20% do conteúdo falado (Quadros, 1997).

No início do século XX, a educação de surdos no Brasil passou por transformações significativas. A década de 1970 marcou a introdução da metodologia da Comunicação Total. Este novo paradigma pedagógico propunha a integração de sinais, fala, treinamento auditivo e leitura labial. Essa abordagem, que permitia o uso concomitante da língua de sinais e da fala, priorizava a interação e a comunicação efetiva sem descartar nenhum meio expressivo, representando um avanço em relação às práticas anteriores (Goldfeld, 1997).

Em 1980, surge a proposta do bilinguismo, que vige até os dias atuais. Tal abordagem reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua (L1) dos surdos, enquanto a Língua Portuguesa na modalidade escrita é considerada a segunda língua (L2) (Kubaski; Moraes, 2009; Toffolo *et al.*, 2017).

A Constituição de 1988 reconheceu a comunidade surda como uma minoria linguística e cultural, assegurando direitos fundamentais como o acesso à educação e à acessibilidade (Brasil, 1988). Essa mudança constitucional abriu caminho para avanços legislativos subsequentes, como a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002), que

oficializou oficialmente a Libras como meio legal de comunicação. Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), regulamentou essa legislação, reforçando o direito dos surdos à educação, assegurando aos surdos o direito ao aprendizado por meio da Libras e consolidando a educação bilíngue como uma prática educacional, além de estabelecer as diretrizes para a inclusão da Libras no currículo escolar e para a formação de professores e intérpretes.

Desde então, sucessivos avanços na legislação e na conscientização têm fortalecido o movimento pela inclusão, fomentando o respeito e a valorização da diversidade na sociedade brasileira (Kumada; Prieto, 2019). A inclusão educacional de pessoas surdas continua a ser um campo em evolução, com debates e ações que buscam melhores práticas pedagógicas e políticas públicas inclusivas.

A Importância do Ensino Inclusivo Interdisciplinar para Alunos Surdos

Muitas famílias de crianças surdas não aceitam a surdez, sendo este um grande desafio, especialmente quando a criança surda possui pais ouvintes. Esses pais, muitas vezes, podem desconhecer ou mesmo resistir à adoção da Língua Brasileira de Sinais, como apontado por Skliar (1997). A tendência de algumas famílias em priorizar a oralização em detrimento da Libras, na esperança de que a surdez de seus filhos se atenuar, pode levar a frustrações e impedir o desenvolvimento social e individual da criança surda.

A presença de intérpretes em escolas regulares é um avanço em termos de direitos, mas não garante por si só uma comunicação efetiva. A carência de materiais didáticos adaptados e a inadequação das práticas pedagógicas em algumas escolas são problemas frequentemente reportados por mães surdas, como indicam Quadros *et al.* (2019). Isso sinaliza uma urgente necessidade de reavaliar as estratégias de inclusão em uso atualmente.

O modelo de educação bilíngue surge como uma proposta mais adequada para atender aos alunos surdos, reconhecendo a Libras como sua língua materna e o Português como a língua oficial do país. Essa abordagem busca oferecer um ambiente onde a criança surda possa desenvolver plenamente suas capacidades linguísticas e cognitivas. No entanto, devido à falta de acesso auditivo, alunos surdos enfrentam obstáculos significativos na aquisição da Língua Portuguesa, o que afeta diretamente a interpretação de textos e a construção de vocabulário (Kumada; Prieto, 2019).

Para superar essas barreiras, é essencial desenvolver estratégias de ensino que ampliem o vocabulário em Libras e que explorem as habilidades visuais e espaciais dos alunos. O ensino deve integrar a língua portuguesa com outras áreas do conhecimento, enfatizando a importância da visualidade, característica intrínseca da Libras, que se manifesta através de sinais e expressões faciais e corporais.

Além disso, a interdisciplinaridade desempenha um papel crucial na educação de alunos surdos, permitindo a abordagem de diferentes temas dentro de uma mesma dinâmica de sala de aula, como discutem Ribeiro e Silva (2015). Tal prática contribui para uma

construção de conhecimento mais holística e reflete a língua não apenas como ferramenta de aprendizado, mas como marca identitária crucial para a “cultura surda” (Nascimento, 2017, p. 483).

A interdisciplinaridade, conforme proposta por Fazenda (1997), envolve uma articulação constante entre diferentes teorias, conceitos e ideias, incentivando um processo de aprendizagem que é intrinsecamente questionador e reflexivo. Essa abordagem vai ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB) – Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996) –, que enfatizam o uso de múltiplas linguagens, a diversidade de fontes de informação e o incentivo ao pensamento analítico e à resolução de problemas. Tal prática pedagógica transcende a mera absorção de conhecimento e busca uma compreensão integrada e profunda do mundo.

No contexto brasileiro, a conservação da Amazônia é especialmente relevante para a Educação Inclusiva, pois muitos surdos são membros de comunidades locais e a sustentabilidade é um tema de crescente importância. Assim, a Educação Inclusiva deve transcender o âmbito escolar e abraçar a diversidade cultural e ambiental, assegurando que todos os alunos, incluindo os surdos, tenham a oportunidade de se envolver ativamente na preservação do meio ambiente (Quaresma; Moraes, 2023).

Para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue, é imperativo que os educadores expandam seus conhecimentos e sua compreensão sobre as práticas interdisciplinares, as políticas de inclusão e o bilinguismo. A escola tem a responsabilidade de garantir que os alunos surdos estejam em consonância com os avanços cognitivos, linguísticos e educacionais da sociedade, promovendo uma educação que seja coerente com os princípios da inclusão e que prepare os alunos surdos para os desafios da vida (Aguiar *et al.*, 2021; Dawes; Coutinho, 2021).

A Libras desempenha um papel fundamental como suporte para a Língua Portuguesa, ampliando as possibilidades de aquisição de vocabulário e favorecendo a formação de subjetividades. Métodos de aprendizagem adaptados nas áreas de leitura e escrita permitem que os alunos surdos interajam com outros colegas e desenvolvam suas habilidades no contexto do ensino bilíngue, criando um ambiente de aprendizado inclusivo que valoriza a diversidade linguística e cultural (Toffolo *et al.*, 2017).

Dessa forma, a inclusão dos alunos surdos em uma abordagem de ensino interdisciplinar é essencial para o seu desenvolvimento acadêmico. A combinação da Libras com a Língua Portuguesa, integrada às diferentes disciplinas, enriquece a experiência educacional e promove o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dos estudantes surdos.

A integração da Língua Brasileira de Sinais nos currículos escolares é um passo fundamental para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Ao adotar estratégias interdisciplinares, as escolas não apenas reconhecem a importância da Libras como meio de comunicação para alunos surdos, mas também promovem um espaço enriquecedor que valoriza a diversidade linguística e cultural (Toffolo *et al.*, 2017). Tais

práticas inclusivas são essenciais para assegurar que todos os alunos, independentemente de suas capacidades auditivas, possam participar plenamente das atividades acadêmicas e sociais, contribuindo significativamente para a sua formação integral.

Por sua vez, o ensino interdisciplinar, que estimula a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, oferece uma compreensão mais profunda e contextualizada do mundo. Para os alunos surdos, essa abordagem educacional transcende a simples aquisição de conhecimento; ela facilita a exploração de conexões vitais entre os aspectos linguísticos, culturais e sociais que moldam suas experiências. Assim, a educação interdisciplinar respeita a identidade linguística dos alunos surdos e enriquece seu aprendizado, permitindo-lhes navegar por diversas disciplinas de uma maneira que ressoa com sua própria percepção do mundo (Dawes; Leitão; Lopes, 2021).

Por meio dessas práticas pedagógicas inclusivas e interdisciplinares, a educação pode cumprir seu papel não apenas na disseminação do conhecimento, mas também na promoção de uma sociedade mais acolhedora e adaptada para celebrar e integrar a diversidade humana em todas as suas formas.

Nesse contexto, a Educação Inclusiva se estende para além da sala de aula e inclui a conscientização ambiental, permitindo que os alunos surdos participem ativamente na preservação da Amazônia, tornando-se cidadãos engajados e conscientes de seu papel na sociedade.

Portanto, a abordagem inclusiva, bilíngue e interdisciplinar na educação de alunos surdos atende às suas necessidades específicas e contribui para enriquecer o ambiente escolar, promovendo a diversidade e uma sociedade mais justa e equitativa. O respeito pela identidade linguística e cultural dos surdos é um pilar central para um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e alinhado às exigências da sociedade contemporânea (Dawes; Leitão; Lopes, 2021).

A Amazônia: Perspectivas e Desafios para a Educação Ambiental

No mundo contemporâneo, a construção de uma sociedade sustentável e centrada nos direitos humanos é indispensável para um futuro justo para todos. Isso envolve a preservação de nossos ambientes naturais e requer a garantia de igualdade para todos, sem distinção de origem e de características culturais, religiosas, éticas, orientação sexual, gênero, idade ou capacidade física e/ou mental. O grande desafio reside em integrar a acessibilidade, os direitos humanos e a cidadania ativa nas estratégias de desenvolvimento sustentável (Reis, 2016).

No Brasil, país onde mais de 45 milhões de cidadãos possuem alguma forma de deficiência (IBGE, 2012), torna-se imperativo repensar e fortalecer as políticas de acessibilidade e inclusão. A preocupação com a conservação ambiental e a promoção da acessibilidade deve estar alinhada aos modelos de desenvolvimento adotados, e é aqui que a Educação Ambiental assume um papel vital, contribuindo para a formação de conhecimento,

desenvolvimento de habilidades e consolidação de valores sociais comprometidos tanto com a preservação do meio ambiente quanto com a garantia de igualdade de acesso – aspectos fundamentais para a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida (Reis, 2016).

A Amazônia, com sua vastidão e riqueza natural, apresenta-se como um tema de relevância incontestável no contexto da EA, desempenhando um papel crucial na transformação da realidade social e ambiental. No contexto deste estudo, ao investigar a conexão entre a Amazônia, a EA e a inclusão, torna-se evidente que a Língua Brasileira de Sinais é uma ferramenta valiosa, capaz de promover uma Educação Ambiental inclusiva e sustentável.

A Amazônia abriga uma biodiversidade única, desempenhando um papel vital na manutenção do equilíbrio do ecossistema global e na mitigação das mudanças climáticas. No entanto, ela enfrenta sérios desafios, como o desmatamento acelerado e a consequente perda de biodiversidade, que ameaçam seu ecossistema e as comunidades indígenas e tradicionais que dependem dela para sua sobrevivência (Homma, 2002; Dos Santos Lopes, 2023).

O desmatamento na Amazônia é frequentemente quantificado em termos de área florestal perdida, estimada anualmente com base na análise de imagens de satélite e expressa em quilômetros quadrados. No entanto, esse indicador muitas vezes falha em capturar a plenitude do que se perde em termos de recursos naturais valiosos a cada quilômetro quadrado de floresta destruída. Estudos recentes conduzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apresentam uma perspectiva mais detalhada sobre o impacto ecológico do desflorestamento na Amazônia. Estima-se que, somente no último ano, aproximadamente 9.000 km² de biodiversidade tenham sido afetados. Esses estudos também apontam que 18,3% do bioma presente em solo brasileiro foi destruído até o momento (INPE, 2024). Esses achados realçam a urgência de uma compreensão mais aprofundada dos efeitos do desmatamento, não apenas em sua extensão, mas em seus efeitos devastadores sobre os ecossistemas e a biodiversidade. Tal entendimento destaca a complexidade e a emergência da situação ambiental na região.

Atualmente, a lógica que nega a cultura amazônica evidencia-se pelas crescentes crises socioambientais e suas repercussões no modo de vida e na interação humana na região. Diante dessa realidade, torna-se imperativo conceber e implementar novas estratégias para dismantelar essa lógica de negação (Andrade; Gómez, 2017).

Uma estratégia promissora é a ampliação do diálogo acadêmico e científico, promovendo uma formação docente alinhada aos princípios da Educação Ambiental. É vital reconhecer que os processos de formação docente na região estão profundamente conectados à perspectiva daqueles que vivem na floresta. Eles oferecem um olhar detalhado e íntimo, capaz de capturar as riquezas e o potencial da Amazônia como um verdadeiro eldorado para seu próprio desenvolvimento e para a população local (Almeida-Val, 2006, p. 24). Essa abordagem ressalta a necessidade de uma perspectiva interna, atenta às particularidades da Amazônia, e reconhece sua riqueza como um ecossistema e como uma

fonte de benefícios para o desenvolvimento humano e ambiental. Assim, a EA se apresenta como ferramenta essencial para sensibilizar as atuais e as futuras gerações sobre a importância da região e a necessidade premente de preservação. A inclusão se torna, então, um componente fundamental dessa abordagem, garantindo que todos, independentemente de suas limitações sensoriais, tenham acesso à Educação Ambiental de forma ampla (Lisbôa, 2020).

De fato, a EA, reconhecida por seu compromisso político na edificação de uma sociedade sustentável para todos, figura como uma ferramenta poderosa na promoção de mudanças sociais. Esse compromisso da Educação Ambiental reflete um percurso de integração e coletividade na história educacional brasileira, marcado por lutas significativas dos movimentos sociais. Esses movimentos têm sido fundamentais na formação da EA no país, pois destacam a importância do engajamento cívico e do exercício da cidadania no enfrentamento de questões ambientais (Lisbôa, 2020).

Em 2017, o processo de elaboração curricular para a Educação Básica foi marcado por uma série de audiências públicas organizadas pelo Conselho Nacional de Educação. Como resultado desse processo interativo, o Ministério da Educação homologou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio. Audiências posteriores foram realizadas para avaliar e debater as diretrizes da BNCC, seus processos de implementação e impactos nas instituições educacionais, sempre enfatizando a importância de se cultivar competências, valores e a autonomia das unidades de ensino, levando em conta o contexto cultural e histórico e as particularidades dos estudantes (Brasil, 2018).

Ao analisar a BNCC sob a perspectiva da Educação Ambiental, observa-se que o termo “ambiental” é incorporado dentro das “competências gerais da educação básica” (Brasil, 2018, p. 9). Essas competências, totalizando dez, formam a base do aprendizado fundamental dos estudantes. O termo “ambiental” está vinculado ao prefixo “sócio”, que trata da habilidade de argumentação fundamentada para propor, negociar e advogar por ideias que resguardecem os direitos humanos e promovam a consciência socioambiental e o consumo consciente em âmbito local, regional e global, fomentando um posicionamento ético em relação ao cuidado de si, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 9). No entanto, a BNCC não destaca de maneira explícita a Educação Ambiental como um componente essencial no desenvolvimento dessa competência no Ensino Fundamental; apenas faz alusão à ideia de uma consciência ambiental integrada à social, o que pode ser interpretado como uma negligência ao papel histórico dos movimentos ambientalistas, das lutas dos povos tradicionais e dos esforços para estabelecer políticas públicas de EA no país.

Nesse contexto, o presente estudo ressalta a importância da inclusão, enfatizando a Língua Brasileira de Sinais como um meio essencial para garantir a participação efetiva de pessoas surdas nas discussões sobre a Amazônia. Essa abordagem inclusiva é crucial, pois transcende barreiras comunicativas, promovendo a participação plena de pessoas surdas no diálogo sobre a Amazônia e seu papel na Educação Ambiental.

A Educação de Surdos na Amazônia

A história da educação dos surdos na Região da Amazônia é marcada por instituições e personalidades que desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A fundação do Instituto Montessoriano Álvaro Maia em Manaus, em 1943, representou o primeiro passo significativo na educação especializada para crianças com deficiência, incluindo os surdos, na região. Inspirado pelo método Montessori, que enfatiza a autonomia e o desenvolvimento individual, o instituto foi criado por André Vidal de Araújo e atuou ativamente até 1974 (Pessoa *et al.*, 2022).

Nesse período, destaca-se a figura do padre Eugênio Oates, que se tornou missionário em 1944 e se dedicou à causa dos surdos amazonenses. Padre Oates compreendeu a importância vital da comunicação para os surdos e, junto a outros missionários, promoveu o ensino da língua de sinais, reconhecendo-a como ferramenta essencial para derrubar as barreiras sociais e permitir a plena participação dos surdos na sociedade. Ele também organizava encontros na Igreja da Aparecida, não apenas para promover a integração social dos surdos, mas também para assegurar que tivessem acesso à fé cristã (Pinto; De Azevedo, 2020).

Após o encerramento das atividades do Instituto Montessoriano Álvaro Maia, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Manaus, fundada um ano antes do fechamento do instituto, em 1973, assumiu um papel proeminente no cenário educacional para os surdos. Embora inicialmente focada em pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, a APAE expandiu seus serviços para incluir alunos surdos, adaptando-se às necessidades emergentes da comunidade. Essa associação, parte de um movimento mais amplo e inovador no Brasil, reuniu profissionais da saúde, pais e apoiadores com o objetivo de oferecer suporte terapêutico e educacional para pessoas com deficiências (Pinto; De Azevedo, 2020).

A demanda crescente por educação especializada para surdos levou a Secretaria de Educação do Amazonas a criar a Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos em 1982, especificamente projetada para atender alunos surdos. A escola veio a se tornar um marco na educação de surdos no Amazonas, demonstrando o compromisso contínuo do estado com a inclusão e a educação de qualidade para todos os alunos (Amazonas, 2023).

A Associação dos Surdos de Manaus (ASMAN), outro importante órgão para a comunidade surda do Amazonas, surgiu em 1989, a partir do primeiro Seminário para Surdos realizado na cidade, consolidando-se como um espaço de representatividade e defesa de direitos (Amazonas, 2023).

Já no contexto da Educação Ambiental Inclusiva, em um esforço para valorizar o patrimônio cultural e ambiental da Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) criou, em 1994, o Bosque da Ciência, uma iniciativa parte do projeto Pequenos Guias. Essa iniciativa singular visou não apenas reconhecer a riqueza cultural local, mas também promover a socialização e a integração das crianças com a comunidade amazônica. O projeto

ênfatisa a capacitação e a sensibilização das crianças sobre a importância da floresta, tanto para suas próprias vidas quanto para o desenvolvimento sustentável de Manaus e da região (INPA, 2024).

O projeto “Acessibilizar a Educação Ambiental”, lançado em 2019, destaca a importância do acesso universal à EA como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999 – Lei Federal nº 9.795/99 (Brasil, 1999) – que pode ser exercido através da Libras e de outros códigos estabelecidos pela Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002). Esse projeto tem como objetivo a inclusão da EA em espaços educativos, focando nos alunos da Escola Estadual Bilíngue Augusto Carneiro dos Santos. A iniciativa busca fomentar o protagonismo do aluno surdo, valorizando a Libras, a cultura surda e a história e estimulando uma consciência ambiental inclusiva e ativa (Amazonas, 2019).

O projeto “Luz, Câmera, Conscientização”, implementado em 2023 na Escola Estadual Nathália Uchôa em Manaus/AM, apresenta-se como uma importante iniciativa na intersecção entre Educação Ambiental e inclusão. Seu objetivo é formar multiplicadores que possam disseminar práticas de desenvolvimento sustentável, utilizando ferramentas como a pesquisa e a produção de vídeos educativos. O projeto, apoiado pelo Governo do Amazonas por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e alinhado com o Programa Ciência na Escola (PCE), compromete-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, enfatizando a promoção de uma vida saudável, educação de qualidade e padrões de produção e consumo sustentáveis (Nações Unidas, 2015; FAPEAM, 2023).

Portanto, os projetos mencionados são, em linha histórica, representações vigorosas da contínua evolução na abordagem da educação e da inclusão de pessoas surdas na Região Amazônica, em especial no estado do Amazonas, selecionado para este referencial teórico. Esses projetos refletem um reconhecimento crescente da necessidade de interligar Educação Ambiental e inclusão para criar uma sociedade mais consciente, justa e sustentável. Nesse contexto, a oficina “Libras na Educação Ambiental Amazônica” foi pensada, planejada e executada.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa empírica adotou métodos qualitativos, nos quais o aprendizado prático e o trabalho de campo são interpretados durante o processo e/ou a partir das relações (Flick, 2008). O campo empírico ocorreu no Instituto Federal do Maranhão, campus Imperatriz, durante o evento Seminário de Iniciação Científica (SEMIC), realizado nos dias 26 e 27 de outubro de 2023. Nesse contexto, foi realizada uma oficina em Libras aberta ao público, com a temática “Libras na Educação Ambiental Amazônica”. O evento serviu para categorizar o conhecimento dos participantes sobre aspectos cruciais da conservação da Amazônia e sua relevância para o mundo. Além disso, buscou-se avaliar a importância atribuída ao ensino

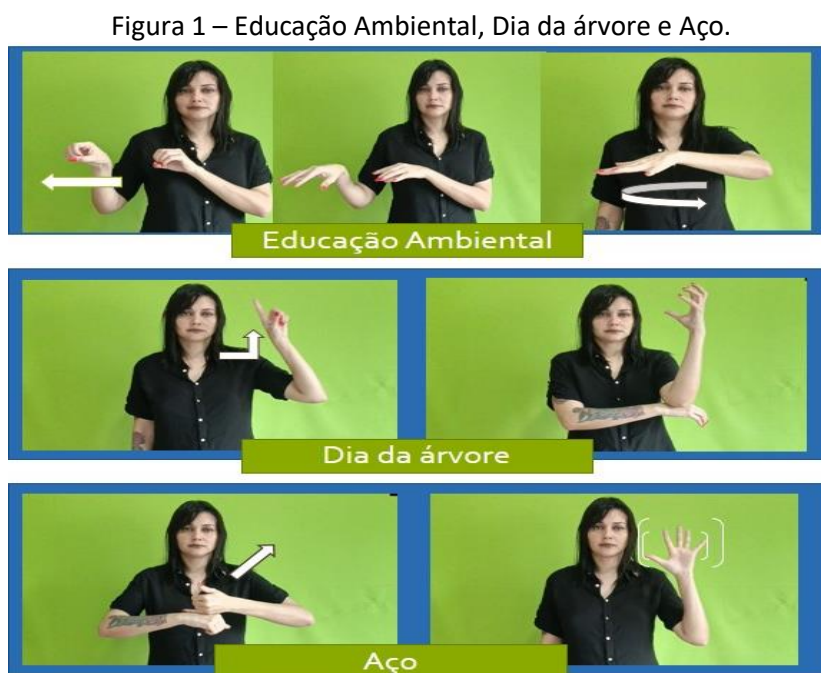
interdisciplinar para a inclusão de pessoas surdas, especialmente no contexto da Educação Ambiental.

O público da oficina incluiu estudantes do ensino médio técnico, professores e monitores do curso de Meio Ambiente e dois alunos surdos do Instituto Federal, totalizando 40 participantes. Ao final da oficina, cuja carga horária foi de 08 horas, foi aplicado um questionário semiestruturado como instrumento de pesquisa, visando a coletar dados para uma análise abrangente dos resultados obtidos durante a atividade. Questionários como esse são instrumentos de coleta de dados versáteis e eficientes, amplamente utilizados em pesquisas educacionais. Ainda, são especialmente úteis em estudos que envolvem um número considerável de sujeitos, permitindo analisar informações suficientes para processar os resultados em uma temática específica (Batista *et al.*, 2021).

Relato de Experiência

A oficina realizada abordou temas como “A importância da Amazônia para o ecossistema brasileiro”, “Inclusão no sistema educacional sobre temas transversais” e “Libras na Educação Ambiental Amazônica”. A dinâmica ocorreu da seguinte maneira: inicialmente, foi apresentado um panorama sobre a importância da inclusão escolar e suas particularidades. Especificidades sobre a comunidade surda foram compartilhadas, e os participantes puderam esclarecer dúvidas. Em seguida, foram ensinados sinais básicos de Libras, bem como sinais específicos relacionados à Educação Ambiental sobre a Amazônia.

Os sinais específicos da Educação Ambiental em Libras estão apresentados nas Figuras 1 e 2, a seguir:



Fonte: Elaborado pelos autores. Registro da Oficina realizada em 2023.

Figura 2 – Reciclagem, Limpo e Lixo



Fonte: Elaborado pelos autores. Registro da Oficina realizada em 2023.

Após a apresentação dos temas da oficina, a pesquisadora conduziu uma dinâmica em forma de gincana com o objetivo de consolidar o conhecimento adquirido e promover a interação e a inclusão entre os participantes ouvintes e surdos.

A dinâmica foi estruturada da seguinte forma: os participantes foram divididos em dois grandes grupos, nos quais cada um contava com um representante surdo atuando como “universitário”, que avaliaria a sinalização dos participantes. Cada grupo recebeu cinco perguntas sorteadas e teve a oportunidade de discutir as respostas coletivamente. As respostas deveriam ser dadas em Libras, com o membro surdo auxiliando seu grupo e avaliando o desempenho do grupo adversário.

As dez perguntas colocadas em sorteio estão listadas a seguir:

- 1) Qual o sinal em Libras da “Amazônia”?
- 2) Faça o sinal em Libras de “reciclagem” e responda, oralmente: por que é importante preservar a Amazônia para ecossistema?
- 3) Quais os sinais em Libras para “clima” e “planeta”? Você acha que a Floresta Amazônia é importante para o clima do planeta? Explique oralmente.
- 4) Faça o sinal em Libras de “queimadas florestais”. Então, responda oralmente: qual o nome do satélite Europeu que registrou várias queimadas na Amazônia?
- 5) Faça o sinal de “árvore” e diga por que ela é importante para o clima do planeta.
- 6) Qual o sinal de “Educação Ambiental”? E o que você compreendeu sobre a inclusão da Libras na EA (oralmente)?
- 7) Faça os sinais de “calor” e “chuva” e diga qual a relação destes elementos para a floresta Amazônica.
- 8) Quais são os meios de comunicação que você busca para se informar sobre acontecimentos na Floresta Amazônica? É de fácil compreensão? (Responda oralmente).
- 9) Faça os três sinais dos cumprimentos básicos de “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”. Você acredita que cumprimentar a pessoa na sua língua pode diminuir a barreira da exclusão? (Responda oralmente).
- 10) Por que é importante aprender Libras no ambiente escolar?

Os participantes expressaram grande entusiasmo durante a realização da oficina, um aspecto fundamental para a consolidação dos conhecimentos adquiridos sobre o papel vital da Amazônia. As perguntas formuladas tiveram como objetivo estabelecer uma base de entendimento sobre o tema abordado, além de fomentar a conscientização acerca da importância da inclusão. Dessa forma, foi promovida a empatia entre os participantes ouvintes e surdos.

Resultados e discussões

Esta seção visa a discutir os resultados alcançados pela oficina, cujo objetivo primordial foi promover a conscientização sobre a preservação da Amazônia, integrando a Educação Inclusiva por meio do uso da Língua Brasileira de Sinais. A oficina buscou, ainda, atender às diretrizes de transversalidade no ensino, conforme orientado pela LDB 9.394/96 (Brasil, 1996), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) e pela BNCC (Brasil, 2018), destacando a importância da Educação Ambiental no desenvolvimento de uma consciência voltada para a preservação e para os cuidados necessários com o meio ambiente.

A eficácia da oficina dependeu inicialmente de uma explanação sobre a importância da Amazônia e seu papel crucial no ecossistema brasileiro e mundial. Em seguida, foi realizada uma discussão sobre a inclusão na Educação Ambiental, durante a qual foram apresentados sinais em Libras pertinentes à temática. Esse momento preparatório foi fundamental para o sucesso subsequente da oficina, facilitando a compreensão e o engajamento dos participantes.

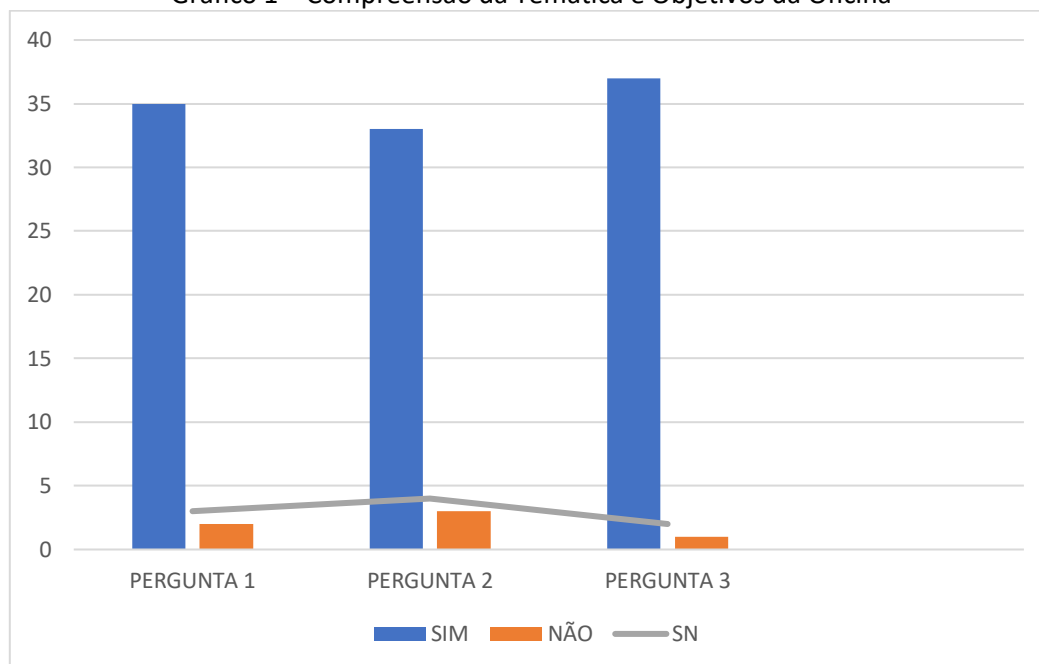
A estratégia pedagógica adotada envolveu o uso de atividades lúdicas, especificamente na dinâmica em forma de gincana, detalhada anteriormente, no relato de experiência. A escolha dessa metodologia visou não apenas à transmissão de conhecimento, mas também ao estímulo da participação ativa dos envolvidos.

Desde o início, os participantes demonstraram um interesse significativo, elemento que contribuiu para a fluidez e o dinamismo da oficina. O entusiasmo observado durante a realização das atividades lúdicas refletiu positivamente no feedback coletado, indicando uma receptividade favorável às metodologias aplicadas e aos conteúdos abordados.

Os questionários aplicados foram cruciais para aferir a efetividade da oficina. As respostas obtidas corroboraram as impressões iniciais dos pesquisadores, revelando um alinhamento entre os objetivos propostos e os resultados alcançados. A seguir, são apresentados os gráficos que ilustram as principais tendências nas respostas dos participantes, destacando tanto aspectos gerais quanto específicos que contribuem para a compreensão ampla dos resultados.

O Gráfico 1 destaca a eficácia da oficina em transmitir os conceitos fundamentais sobre a preservação da Amazônia e a importância da Educação Inclusiva. As perguntas norteadoras buscaram avaliar a capacidade dos participantes de assimilar o conteúdo apresentado e sua percepção sobre a relevância da Educação Ambiental e da inclusão dos surdos nas escolas.

Gráfico 1 – Compreensão da Temática e Objetivos da Oficina



Fonte: Elaborado pelos autores.

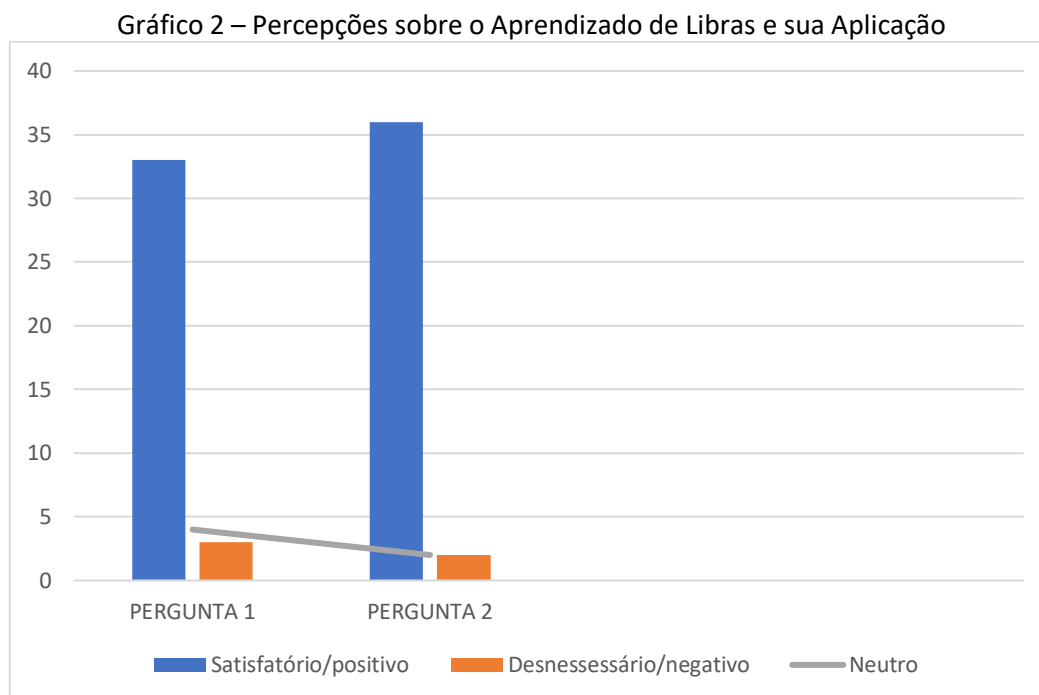
Com relação à Pergunta 1 (Você achou que a explanação do conteúdo foi suficiente para conseguir responder as perguntas da gincana?), a maioria dos participantes afirmou que a explanação foi suficiente, indicando a eficácia das metodologias de ensino adotadas na oficina.

Quanto à Pergunta 2 (Na sua opinião a temática sobre Educação Ambiental deveria ser melhor explorada nas escolas?), houve um consenso sobre a necessidade de uma maior exploração da temática nesses espaços. Os participantes expressaram a opinião de que a temática ambiental merece maior destaque no currículo escolar, refletindo uma consciência sobre a importância e a urgência de se abordar essa questão.

No tocante à Pergunta 3 (Você conseguiu compreender a importância da inclusão dos surdos na escola?), os participantes demonstraram uma compreensão significativa da importância da inclusão dos surdos nesses espaços, evidenciando o sucesso da oficina em promover empatia e sensibilização para a Educação Inclusiva.

As respostas coletadas reforçam o entendimento de que a oficina atingiu seus objetivos, promovendo o conhecimento sobre a preservação da Amazônia e fomentando a sensibilização para a inclusão de pessoas surdas.

O Gráfico 2, por sua vez, aborda a experiência dos participantes no aprendizado de Libras, focando na temática da preservação da Amazônia:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação à primeira pergunta do Gráfico 2 (O que você achou de aprender Libras na temática da preservação da Amazônia?), os participantes expressaram entusiasmo ao aprender sobre tal tema, indicando que a integração da língua de sinais tornou o aprendizado mais engajador e significativo.

Já na segunda pergunta (As dificuldades encontradas de aprender alguns sinais na Libras foram superadas durante o processo na oficina?), a eficiência da instrução foi destacada como um fator crucial para superar as dificuldades iniciais no aprendizado dos sinais. A habilidade da professora em adaptar as explicações e garantir a compreensão dos sinais foi amplamente elogiada.

Além das respostas estruturadas, depoimentos espontâneos dos participantes enfatizaram a motivação gerada pela oficina para a promoção da empatia e a disseminação do conhecimento acessível a pessoas surdas. Depoimentos como “a oficina foi motivadora na promoção da empatia na disseminação do conhecimento para pessoas surdas” e “aprender sobre a preservação da Amazônia através da Libras ficou mais interessante” ressaltam o impacto emocional e educacional da oficina, evidenciando seu sucesso não apenas na transmissão de conhecimento, mas também na promoção de valores inclusivos.

Nesse sentido, os resultados obtidos reforçam a importância da integração entre Educação Ambiental e Inclusiva, evidenciando o potencial da Libras como ferramenta facilitadora nesse processo. A positiva receptividade e o engajamento dos participantes ressaltam a eficácia das metodologias ativas e lúdicas na promoção da conscientização ambiental. Ademais, a consonância entre os resultados e os princípios orientadores da BNCC e da LDB sublinha a relevância da transversalidade e da inclusão como pilares fundamentais

na educação contemporânea.

A oficina demonstrou ser um instrumento eficaz na promoção da conscientização ambiental, alinhada aos objetivos de inclusão e transversalidade. A análise dos questionários e o feedback dos participantes indicam que a abordagem adotada contribuiu significativamente para o alcance dos objetivos propostos, oferecendo insights valiosos para futuras iniciativas nesse âmbito.

Considerações Finais

Os resultados apresentados neste artigo evidenciam a relevância da incorporação da Língua Brasileira de Sinais na Educação Ambiental, especialmente no que tange à Amazônia, dentro de um contexto educacional que é ao mesmo tempo inclusivo, reflexivo e emancipatório. Buscou-se promover uma compreensão aprofundada sobre o ecossistema amazônico e expandir o alcance do debate, tornando-o acessível a todos, sem que as barreiras de comunicação representassem um obstáculo.

Através do referencial teórico adotado, enfatizou-se a importância de uma abordagem interdisciplinar que entrelace a Amazônia, a Educação Ambiental e a Libras na promoção da Educação Inclusiva. Essa abordagem vai além da preservação ambiental, servindo de estímulo para práticas educativas que promovam o desenvolvimento regional de maneira sustentável e inclusiva.

A realização da oficina de Educação Ambiental sobre a Amazônia, utilizando a Língua Brasileira de Sinais e direcionada a um público composto tanto por alunos surdos quanto ouvintes, exemplifica uma prática educacional que contribui para o acúmulo de conhecimento na área ambiental e ressalta a importância de um ensino interdisciplinar e inclusivo. Essa prática fomenta a inclusão social e o respeito à diversidade. A interação entre participantes surdos e ouvintes se mostrou fundamental para a eficácia do projeto, assegurando a inclusão efetiva e a troca de experiências entre todos os envolvidos.

Portanto, ao focar na aquisição de conhecimento e na importância do ensino inclusivo interdisciplinar, este projeto se destaca como um exemplo de como a inclusão pode ser efetivada de maneira substancial e significativa. Reconhecendo as limitações, como o número limitado de participantes surdos, aponta-se a necessidade de investigações futuras e a expansão do projeto. Vale ressaltar que a integração da Libras na Educação Ambiental transcende a acessibilidade, potencializando o processo educativo e estimulando um envolvimento mais profundo com as questões ambientais prementes.

Neste contexto, é possível identificar um terreno fértil para a realização de futuras pesquisas e oficinas que empreguem essa abordagem metodológica em diversas áreas. Primeiramente, sugere-se a condução de estudos que possam avaliar o impacto de longo prazo de oficinas educacionais que integram a Língua Brasileira de Sinais na Educação Ambiental, particularmente em relação à aplicabilidade da Libras no cotidiano e ao engajamento dos participantes com questões ambientais ao longo do tempo. Além disso, seria

valioso explorar a replicabilidade e a adaptação desse modelo de oficina em diferentes contextos geográficos e culturais, visando a entender como variáveis locais podem influenciar a eficácia da integração da Libras e da Educação Ambiental.

Este estudo reitera o compromisso com o desenvolvimento de práticas educacionais disruptivas, inclusivas e transformadoras. Espera-se que as experiências e reflexões compartilhadas possam inspirar diversas mobilizações por uma Educação Ambiental integralmente inclusiva.

Por fim, encoraja-se educadores, instituições e policy makers a considerarem as implicações e os resultados deste estudo como um apelo por projetos e políticas que sejam, simultaneamente, inclusivos e interdisciplinares. A oficina “Libras na Educação Ambiental Amazônica” transcende uma simples ação pedagógica; ela representa um avanço em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à edificação de uma sociedade mais consciente e preparada para enfrentar os complexos desafios ambientais contemporâneos.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Amazônia sofre com devastação e extrema alteração climática. *Agência Senado*, Brasília, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/10/amazonia-sofre-com-devastacao-e-extrema-alteracao-climatica>. Acesso em: 01 fev. 2024.

AGUIAR, E. B. F.; CASTILHO, W. S.; CAVALCANTE, R. P.; MALDANER, J. J. Estratégias do ensino de física para estudantes surdos: uma revisão da literatura. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 17, p. 1-22, 2021.

ALMEIDA-VAL, V. M. F. de. A Amazônia não é só paisagem! *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 3, p. 24-26, 2006.

AMAZONAS. Escola da rede pública tem vagas abertas para alunos com deficiência auditiva. *SEDUC*, Manaus, 26 jan. 2023. Disponível em: <http://www.seduc.am.gov.br/escola-da-rede-publica-tem-vagas-abertas-para-alunos-com-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas. *Acessibilizar a Educação Ambiental*. 2019. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/ProjetoEAeInclusaoPDF.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ANDRADE, F. M. R. de; GÓMEZ, J. A. C. Educação Ambiental e formação docente na Amazônia brasileira: contextos universitários e realidades cotidianas. *Revista Diálogo Educacional*, v. 17, n. 55, p. 1598-1618, 2017.

BATISTA, B.; RODRIGUES, D.; MOREIRA, E.; SILVA, F. Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista? In: SÁ, P.; COSTA, A. P.; MOREIRA, A. (Orgs.). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*. v. 2. Aveiro: UA Editora, 2021. p. 13-36.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF:

Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Diário Oficial da União*. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resoluções CP 2017*. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/53031-resolucoes-cp-2017>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DAWES, T. P.; COUTINHO, A. C. M. S. A inclusão escolar do aluno surdo: proposta bilingue no contexto da diversidade e inclusão. *Cenas Educacionais*, v. 4, p. 1-23, 2021.

DAWES, T. P.; LEITAO, G. B. N.; LOPES, C. L. C. Educação Interdisciplinar: Libras, surdez e inclusão social. *REVISTALEPH*, v. 1, p. 223-245, 2021.

DE OLIVEIRA AGRA, K. L. A educação inclusiva na Amazônia brasileira: um caminho a ser percorrido. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 32, n. 1, p. 31-38, 2010.

DE SENA COUTO, R. C. Saúde e ambiente na Amazônia Brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23, n. 3, 2021.

DE SOUZA TEIXEIRA, D.; ANDRADE, A. O.; JUSTI, J. ESTADO DE CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO AMAZONAS. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 11, p. 92027-92048, 2020.

DOS SANTOS LOPES, M. J. *et al.* Impacto do desmatamento e queimas na biodiversidade invisível da Amazônia. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2023.

FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas). Produção audiovisual sobre conscientização ambiental. *FAPEAM*, Manaus, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.fapeam.am.gov.br/producao-audiovisual-sobre-conscientizacao-ambiental-em-escola-de-manauas-tem-apoio-do-governo-do-amazonas/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FAZENDA, I. *A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papirus, 1997.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed editora, 2008.

GHIRARDI, M. I. G. *Representações da deficiência e práticas de reabilitação: uma análise do discurso técnico*. 1999. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOLDFELD, M. *A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

HOMMA, A. K. O. Biodiversidade da Amazônia: um novo eldorado? *Revista de Política Agrícola*, v. 11, n. 3, p. 61-71, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional de Saúde*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). *Bosque da Ciência*. 2024. Disponível em: <http://bosque.inpa.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). *Nota Técnica PRODES Amazônia 2023*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estimativa-de-desmatamento-na-amazonia-legal-para-2023-e-de-9-001-km2>. Acesso em: 11 jan. 2024.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. *In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE; III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA*, 2009, Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: PUCPR, 2009. p. 3413-3419.

KUMADA, K. M. O.; PRIETO, R. G. Deployment Of The Higher Education Policy For The Training Of Libras Teachers. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, p. 64-84, 2019.

LADD, P. *Understanding deaf culture: in search of deafhood*. Sydney: Multicultural Matters, 2003.

LISBÔA, J. M. Educação Ambiental e Educação Inclusiva: um diálogo necessário. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 6, p. 1-10, 2020.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. Bioma Amazônia: atos e fatos. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 83-106, 2020.

MEADOR, H. E.; ZAZOVE, P. Health care interactions with deaf culture. *Journal of the American Board of Family Practice*, v. 18, n. 3, p. 218-222, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NASCIMENTO, V. Janelas de libras e gêneros do discurso: apontamentos para a formação e atuação de tradutores de língua de sinais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 56, n. 2, p.

461-492, 2017.

PESSOA, E. P.; NOGUEIRA, E. M. L.; SILVA, E. A. da; PRATA, B. S. O processo de inclusão e escolarização de surdos no município de Humaitá-AM. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 11, n. 16, pág. 1-10, 2022.

PIERANTI, O. P.; SILVA, L. H. R. da. A questão amazônica e a política de defesa nacional. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2007.

PINTO, C. G. T. T.; DE AZEVEDO, A. D.'A. M. Letramento digital na educação de jovens surdos na Amazônia. *Revista Intersaberes*, v. 15, n. 35, p. 542-558, 2020.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. *Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUARESMA, J. P.; MORAES, D. F. Acessibilidade no cotidiano de surdos da amazônia paraense. In: IX CONEDU, Campina Grande, 2023. *Anais [...]* Campina Grande: Realize Editora, 2023. p. 1-11.

RABELO, A. S. *A construção da escrita pelo surdo*. Goiânia: UCG, 2001.

REIS, A. de A. *Educação ambiental e educação inclusiva: possíveis conexões*. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

RIBEIRO, T.; SILVA, A. G. da. *Leitura e escrita na educação de surdos: das políticas às práticas pedagógicas*. Coleção Educação e Surdez. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

TOFFOLO, A. C. R.; BERNARDINO, E. L. A.; VILHENA, D. D. A.; PINHEIRO, Â.; VIEIRA, M. Os benefícios da oralização e da leitura labial no desempenho de leitura de surdos profundos usuários da Libras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, p. 1-24, 2017.

VIRGA, T.; COSTA, W. M. da. Gran Amazonía au 21ème siècle: infrastructures et défis d'intégration à plusieurs échelles Gran Amazonía in the 21st century: infrastructures and challenges of integration at multiple scales. *CONFINS (PARIS)*, v. 1, p. 1-12, 2021.

WRIGLEY, O. *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University, 1996.

Recebido em: 19/03/2024.

Aceito em: 29/07/2024.